

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA**

Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento

ANDRÉ JUNIOR SILVA WIEZZEL

**AVALIAÇÃO DO PRONAF NO ASSENTAMENTO SANTA APOLÔNIA EM
MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP**

TUPÃ - SP

2017

ANDRÉ JUNIOR SILVA WIEZZEL

**AVALIAÇÃO DO PRONAF NO ASSENTAMENTO SANTA APOLÔNIA EM
MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Tupã, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento.

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Cristina de Oliveira

Coorientadores: Profa. Dra. Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani e Prof. Dr. Sérgio Silva Braga Junior

TUPÃ - SP

2017

W638a

Wiezzel, André Junior Silva.

Avaliação do PRONAF no Assentamento Santa Apolônia em Mirante do Parapanema-SP / André Junior Silva Wiezzel – Tupã, 2018.

125 f.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2018.

Orientador: Profa. Dra. Sandra Cristina de Oliveira.

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani.

Coorientador: Prof. Dr. Sérgio Silva Braga Junior.

1. PRONAF. 2. Agricultura familiar. 3. Políticas públicas. I. Autor. II. Título.

CDD 338.1

ANDRÉ JUNIOR SILVA WIEZZEL

**AVALIAÇÃO DO PRONAF NO ASSENTAMENTO SANTA APOLÔNIA EM
MIRANTE DO PARANAPANEMA-SP**

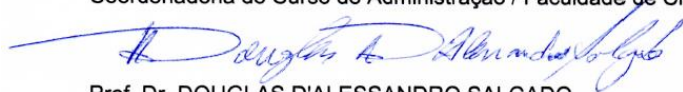
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento
(UNESP/Tupã), como requisito para obtenção do título de Mestre.

Banca examinadora



Profa. Dra. SANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA

Coordenadoria do Curso de Administração / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP



Prof. Dr. DOUGLAS D'ALESSANDRO SALGADO

Coordenadoria do Curso de Engenharia de Biosistemas / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP
- Tupã/SP



Prof. Dr. ROSÂNGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT - UNESP - Presidente Prudente/SP

**Dissertação defendida e aprovada em:
20 de dezembro de 2017**

AGRADECIMENTOS

Tenho muitas pessoas a agradecer, pois sozinho não haveria chegado a esse resultado. Agradeço a Deus pela força impulsionadora. Ele é o único que conhece o quão desejei obter esse título e as adversidades que precisei enfrentar. Agradeço aos meus familiares pelo apoio, pois quando a situação está crítica, algumas palavras podem fornecer a sustentação necessária. Quero agradecer também a minha sogra, Sra. Idenira, que por inúmeras vezes cuidou da pequena Cecília para que eu pudesse buscar os meus objetivos. O mesmo o faço em relação à minha amada esposa Carla, que mesmo brava comigo por minhas ausências, foi companheira do início ao fim da jornada.

Aos meus filhos Luís André e Cecília - crianças maravilhosas - me ausentei em vários momentos de suas vidas. São anjos e querem ficar perto dos pais, especialmente nos finais de semana e feriados. Não foi fácil ver a Cecília querendo brincar e eu literalmente me escondendo para realizar os meus afazeres. Por muitas vezes senti “culpa” e tristeza pelas frustrações que causei aos meus filhos. O Luís André compreendeu o meu esforço, mas certamente sentiu a minha falta.

À profa. Dra. Sandra: uma orientadora amável, respeitosa e que nunca deixou de me receber com um abraço e um sorriso afetuoso. Fui agraciado por Deus também em relação à minha co-orientadora profa. Dra. Ana Elisa, sempre atenciosa, estratégica e assertiva em sua orientação. Em várias ocasiões, ela ajudou-me a ajustar o foco da pesquisa. Graças ao co-orientador prof. Dr. Sérgio tornei-me capaz de interpretar algo que me assustou no início (modelagem de equações estruturais). Obrigado professor!

Aos meus pais Cicero Wiezzel e Maria Wiezzel: obrigado pelos ensinamentos e zelo quanto à minha educação. Mesmo sob condições difíceis, nunca deixaram de incentivar e acompanhar os meus estudos.

À minha irmã Andréia, devo também agradecê-la, pois mesmo durante as madrugadas, ela se dispôs a ajudar-me em ocasiões envolvendo os meus estudos.

Ao admirável Prof. Sidnei Favarin, que “nas condições normais” seria apenas um ex-coordenador: por onde esteve, deixou boas recordações, situação que comprovei no assentamento rural visitado. A relação de trabalho ficou para trás, mas o bem querer e a vontade de ajudar nunca cessou. Obrigado Favarin, que Deus possa recompensá-lo. Digo o mesmo em relação ao amigo Prof. Dr. Wilson Lussari: as suas palavras foram significativas em momentos de franco desabafo. Obrigado chefe!

Ao coordenador de curso Prof. Me. Luiz Roberto Darben, que “segurou as pontas” e relevou algumas falhas que cometi no meu percurso profissional. Obrigado Darben!

Agradeço ainda ao Fábio Fontolan Sampaio e a Eliana Kátia Pupim (Unesp Tupã) – os quais defino como exímios funcionários públicos. Finalmente, agradeço aos produtores familiares do Assentamento Santa Apolônia, que se dedicaram para responder ao exaustivo formulário.

Vocês foram imprescindíveis nessa jornada vitoriosa!

WIEZZEL, André Junior Silva. **Avaliação do PRONAF no Assentamento Santa Apolônia em Mirante do Paranapanema-SP. 2017.** 125 folhas. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP. Faculdade de Ciências e Engenharia. Tupã/SP, 2017.

RESUMO

Essa pesquisa visou a avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) sob as lentes dos agricultores familiares atendidos pelo programa no Assentamento Santa Apolônia, em Mirante do Paranapanema-SP. A abordagem utilizada foi mista, mas predominantemente quantitativa. Foi realizado um levantamento (*survey*) visando mensurar a referida avaliação. O instrumento de coleta utilizado foi formulário, contendo perguntas estruturadas e semiestruturadas. Por intermédio da estatística descritiva e da modelagem de equações estruturais, foram avaliados os processos de implantação, produto da implantação e resultados do PRONAF. Ao final, identificou-se as variáveis que mais impactaram na avaliação do PRONAF segundo os agricultores familiares do assentamento e os respectivos graus de satisfação/insatisfação (escala de *Likert*) desses usuários. Os resultados predominantes sugerem moderados grau de satisfação entre os mutuários do PRONAF, mesmo sob circunstâncias adversas.

Palavras-chave: PRONAF. Avaliação. Agricultura Familiar.

WIEZZEL, André Junior Silva. **Evaluation of PRONAF in Santa Apolônia settlement in Mirante do Paranapanema-SP.** 2017. 125 leaves. Dissertation (Master in Agribusiness and Development) - Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho" UNESP. Faculty of Sciences and Engineering. Tupã / SP, 2017.

ABSTRACT

This research aimed at evaluating the National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) under the lens of the family farmers assisted by the Santa Apolônia settlement in Mirante do Paranapanema-SP. The approach used was mixed, but predominantly quantitative. A survey was carried out to measure this evaluation. Forms were used as collecting tools, containing structured and semi-structured questions. Through the descriptive statistics and the structural equation modeling, the implantation processes, product of the implantation and results of the PRONAF were evaluated. At the end, the variables that most impacted the PRONAF evaluation by family farmers in the settlement and the respective degrees of satisfaction / dissatisfaction (Likert scale) of these users were identified. The predominant results suggest moderate satisfaction among PRONAF borrowers, even under adverse circumstances.

Keywords: PRONAF. Evaluation. Family Farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa da fome no mundo no ano de 2015.....	19
Figura 2 -	Número de famílias que ocuparam terras entre 1988 e 2014.....	20
Figura 3 -	Número de famílias assentadas entre 1985 e 2014.....	21
Figura 4 -	Ocupações de terras no Pontal do Paranapanema entre 1988-2012.....	22
Figura 5 -	Porcentagem da população obesa na América Latina e no Caribe no ano de 2008.....	26
Figura 6 -	Panorama do estresse hídrico pelo mundo.....	27
Figura 7 -	Variação na demanda por produtos agrícolas entre 2000-2050.....	28
Figura 8 -	Crescimento da população urbana brasileira entre 1940 e 2000.....	31
Figura 9 -	Tamanho (ha) dos módulos fiscais no Brasil	39
Figura 10 -	Participações da agricultura familiar.....	43
Figura 11 -	A distribuição da agricultura familiar pelas regiões brasileiras.....	45
Figura 12 -	Participação da agricultura familiar em produtos de origem animal.....	45
Figura 13 -	Índice de GINI da estrutura fundiária no Brasil	47
Figura 14 -	Relação entre a área ocupada e o nº de estabelecimentos da agricultura familiar.....	48
Figura 15 -	Participação da agricultura familiar e não familiar na produção.....	48
Figura 16 -	Produtividade média da agricultura familiar e não familiar.....	49
Figura 17 -	Produção por ha na atividade agropecuária.....	50
Figura 18 -	Financiamentos (%) dos 50% menores estabelecimentos e os índices de concentração.....	61
Figura 19 -	Valores nominais da evolução dos créditos do PRONAF.....	62
Figura 20 -	Município de Mirante do Paranapanema-SP.....	65
Figura 21 -	Evolução do PIB por setor entre 2007- 2013 em Mirante do Paranapanema.....	66
Figura 22 -	Tamanho das UPAs em Mirante do Paranapanema-SP no ano de 2007/2008.....	67
Figura 23 -	A atividade pecuária em Mirante do Paranapanema-SP no ano de 2007/2008.....	67
Figura 24 -	Principais produtos agrícolas de Mirante do Paranapanema-SP (2007/2008).....	68

Figura 25 - Ocupação com cana de açúcar (em ha) em Mirante do Paranapanema- SP.....	69
Figura 26 - Especificações para o cálculo da amostra.....	72
Figura 27 - Grau de instrução dos produtos familiares.....	76
Figura 28 - Anos de trabalho na atividade agropecuária.....	77
Figura 29 - Predominância da mão-de-obra familiar.....	77
Figura 30 - Número de trabalhadores por família.....	78
Figura 31 - Assentados com restrições cadastrais.....	78
Figura 32 - Principais estratégias na época da estiagem.....	79
Figura 33 - Produção de leite (em mil litros) em Mirante do Paranapanema-SP.....	79
Figura 34 - Percentual do PRONAF na atividade agropecuária, pecuária e agrícola..	80
Figura 35 - Número de vezes que o PRONAF foi utilizado para custeio.....	81
Figura 36 - Situação financeira quanto ao PRONAF custeio.....	81
Figura 37 - Finalidades do PRONAF investimento.....	82
Figura 38 - Vezes em que o PRONAF investimento foi acessado.....	83
Figura 39 - Situação financeira quanto ao PRONAF investimento.....	83
Figura 40 - Diagrama de Caminho da avaliação do PRONAF	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Contratos por tipo de pessoa (Janeiro/2013 – Dezembro/2017).....	62
Tabela 2 -	Implantação do PRONAF.....	85
Tabela 3 -	Produto da Implantação do PRONAF.....	87
Tabela 4 -	Resultado do PRONAF.....	89
Tabela 5 -	Indicadores para análise do modelo de mensuração do constructo implantação.....	91
Tabela 6 -	Matriz da validade discriminante do modelo.....	92
Tabela 7 -	Indicadores para análise do modelo de mensuração do constructo produto.....	93
Tabela 8 -	Indicadores para análise do modelo de mensuração do constructo resultado.....	94
Tabela 9 -	Indicadores da qualidade do modelo ajustado.....	95

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADIN	Antiga Divisão Internacional do Trabalho
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CMN	Conselho Monetário Nacional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CRS	Crédito Rural Supervisionado
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
ITR	Imposto Territorial Rural
MAARA	Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEE	Modelagem de Equações Estruturais
MIRAD	Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria
PSI	Processo de Substituição das Importações
RA	Região Administrativa
SEAD	Fundação Sistema Estadual
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	Superintendência Regional de Política Agrária
UDR	União Democrática Ruralista
UPAs	Unidades de Produção Agropecuária
UTF	Unidade de Trabalho Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 O contexto do agronegócio e da agricultura familiar no Brasil.....	14
1.2 Problema.....	17
1.3 Hipóteses	17
1.4 Objetivos.....	17
1.5 Justificativa.....	18
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	22
2.1 Agronegócio, Sociedade e Meio Ambiente	22
2.2 Políticas públicas antecedentes ao Decreto Lei 1.946/96 (PRONAF)	29
2.3 A agricultura familiar brasileira	35
2.4 Considerações sobre o PRONAF	53
3 METODOLOGIA.....	64
3.1 Delimitação da pesquisa	64
3.2 Considerações sobre a metodologia de pesquisa	69
3.3 Planejamento amostral e instrumento de coleta	71
3.4 Aspectos da Modelagem de Equações Estruturais (MEE)	73
3.5 A análise do modelo estrutural	75
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	76
4.1 Análise descritiva do perfil socioeconômico do produtor rural	76
4.2 Análise descritiva sobre a avaliação do PRONAF	84
4.2.1 Implantação do PRONAF.....	84
4.2.2 Produto da Implantação	86
4.2.3 Resultado do PRONAF	88
4.3 Análise da Modelagem de Equações Estruturais (MEE) sobre a avaliação do PRONAF ..	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
6 REFERÊNCIAS.....	106
7 APÊNDICES	118
8 ANEXOS.....	123

1 INTRODUÇÃO

1.1 O contexto do agronegócio e da agricultura familiar no Brasil

A temática agronegócio parece despertar no imaginário coletivo um cenário de grandes fazendas, maquinários, produção em grande escala, tecnologias avançadas e elevada competitividade desse setor. Nessa direção, o agronegócio brasileiro é assunto recorrente nos telejornais e noticiários econômicos, em que, mormente, destacam as perspectivas de negócios no cenário internacional e a robustez dos indicadores econômicos desse setor, que têm contribuído de forma expressiva para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) e para a economia brasileira.

O agronegócio deriva do termo *agribusiness*, desenvolvido em 1957 por Davis e Goldberg, e compreende as operações envolvidas nas etapas de produção, armazenamento e distribuição de suprimentos e de produtos agrícolas, assim como os produtos desses derivados. Para melhor compreender o agronegócio, há que se realizar estudos sob um enfoque sistêmico, baseado nas interrelações estabelecidas entre os diversos agentes econômicos que compõem a cadeia agroindustrial (BATALHA; SILVA, 2001).

O Brasil, historicamente dotado de vocação agrícola, conduziu, na década de 1950, importantes políticas públicas para o enfrentamento da forte dependência de importações, dadas as defasagens estruturais e tecnológicas que assolavam o País. Com efeito, foi adotada a estratégia de desenvolver a indústria nacional, aceita pelo modelo econômico da época como a condição para o crescimento econômico. Delgado (2010) salienta que o Estado investiu na melhoria da infraestrutura produtiva (criando alternativas para viabilizar a iniciativa privada) e desenvolveu políticas macroeconômicas voltadas para o processo de substituição das importações.

Entre 1964 e 1984, em plena ditadura militar, a lógica baseada na difusão produtivista zelou por estimular e financiar os produtores agropecuários mais capitalizados e localizados em certas regiões geográficas do País, que experimentaram grande avanço tecnológico e elevados níveis de produção, tendo como principal instrumento o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), datado de 1965, ocasião na qual a extensão rural passara a fazer parte da estratégia da modernização conservadora, aliada a diversas instituições de apoio.

Em 1970 e em 1973, respectivamente, foram instituídos o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e, em 1975, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e

Extensão Rural (EMBRATER), tendo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) competência em nível estadual (NEUMANN; DALBIANCO; ZARNOTT, 2015). Muito embora o SNCR tenha por fundamento a Lei 4.829/64, que visava, originariamente, alcançar os pequenos e médios produtores (art. 3º, inciso III), por meio de financiamento das operações, inclusive para a aquisição dos pacotes tecnológico modernos, tais créditos não foram alcançados pela maioria do seu público-alvo (MIRANDA, 2004).

À margem desse cenário da agricultura moderna, encontravam-se os produtores rurais pobres, que, entre 1948 e 1964, foram beneficiários de políticas públicas assistencialistas e não disponíveis a todos os rurícolas. Nesse período, os serviços de extensão rural eram planejados vertical e ascendentemente, e as orientações referentes ao emprego de tecnologias incorriam de modo secundário e subjacente. Essa política pública estava ancorada ao Crédito Rural Supervisionado (CRS), liberado às famílias mediante as suas necessidades e acompanhadas de acordo com o planejamento dos extensionistas (RODRIGUES, 1997).

Ao contrário do que ocorrera em outros países (como nos EUA e na França), o modelo de Estado Providência brasileiro desenvolvera, por ocasião da modernização da agricultura, o modelo de negócio dos agricultores mais capitalizados, em detrimento dos pequenos produtores (SCHNEIDER; GRISA, 2015).

O processo de colonização brasileira terminou por sedimentar a separação dos trabalhadores rurais dos meios de produção, dada a política fundiária que garantia poder político e econômico àqueles que possuíam extensas faixas de terras (BERGAMASCO; NORDER, 1996).

Mediante o descontentamento dos rurícolas pouco capitalizados ou desprovidos de terras, grupos organizados e aliados em torno das demandas dessa massa de trabalhadores rurais buscavam espaço no campo político. Bergamasco e Norder (1996) asseveram que as políticas fundiárias começaram a se voltar para os movimentos sociais no campo somente ao final dos anos 1950, fruto das pressões exercidas pelos atores sociais e da expressiva representação sindical que representaram os trabalhadores rurais, ocasião em que ficara conhecida a palavra assentamento.

Os assentamentos representariam uma forma de atenuar o conflito pelo fato de distribuir terras àqueles que não a possuíam, sendo esse capital fundiário imprescindível ao trabalhador rural enquanto meio de vida e de subsistência. Na prática, essas unidades de produção agropecuária começaram a ser efetivamente implantadas após a metade da década de 90.

De acordo com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA¹, no ano de 2015 foram assentadas no Brasil 26.335 famílias, que, desde 1994, somam 1.346.798.000 (até abril/2016), distribuídas em 9.354 assentamentos (até fevereiro/2017). No estado de São Paulo, até o ano de 2015, foram assentadas 17.336 famílias, distribuídas em 272 assentamentos, em uma área de 345.760,41 hectares (ha). O município de Mirante do Paranapanema possui 1559 famílias assentadas, distribuídas em 32.480,9 ha.

No entanto, foi preciso ir além dos assentamentos, dada a inexistência, até a década de 1990, de políticas públicas que pudessem ser alcançadas pelo grande contingente de produtores rurais descapitalizados. Nessa perspectiva, surgiu o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, criado em 1985 pelo Conselho Monetário Nacional e que fora, mais adiante, em 1995, incorporado pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, gestado pelo Decreto nº 1.946/96. Hodiernamente, os produtores familiares usufruem de serviços de extensão rural, primazia na comercialização da produção para instituições de direito público, possibilidade de crédito e acesso aos serviços de assistência técnica, frutos dos desdobramentos que o PRONAF tem propiciado desde 1996, quando de sua implantação (SCHNEIDER; GRISA, 2015).

Não obstante os esforços das associações civis, gestores públicos e outros atores sociais, que visavam promover alternativas² para a reprodução social do produtor familiar, problemas de infraestrutura, insuficiente acesso aos canais de comercialização e outros fatores dificultam sobremaneira a competitividade desses produtores. A oferta de créditos e outros recursos do programa não são suficientes para compensar, em curto prazo, o atraso sofrido pelo produtor familiar (com reduzido grau de instrução, dificuldade para incorporar novos métodos, etc.), que esteve à margem das principais políticas públicas voltadas para a agricultura (NAVARRO; CAMPOS, 2013). Nessa direção, conhecer as particularidades dos produtores familiares e como esses avaliam o PRONAF colabora para o aprimoramento do programa.

¹ Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>

² Decreto 1946/1996, que criou o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar; a Lei 10696/2003, instituidora do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos; a Lei nº 11947/2009 e seus reflexos sobre o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar; o Decreto Nº 7352/2010, que trata da política de educação no campo e do PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, dentre outros.

1.2 Problema

Qual é a avaliação do PRONAF na óptica dos beneficiários desse programa no assentamento Santa Apolônia, em Mirante do Paranapanema-SP?

As questões que nortearão a conduta do trabalho são:

Qual é o perfil socioeconômico dos beneficiários do PRONAF no assentamento Santa Apolônia e as características de suas unidades de produção?

Os processos de Implantação, Produto da Implantação e Resultados (etapas do PRONAF), permitem avaliar o referido programa?

1.3 Hipóteses

1ª) A avaliação da implantação prediz a avaliação do produto da implantação;

2ª) A implantação é capaz de gerar melhorias significativas nos resultados da unidade de produção familiar;

3ª) Os beneficiários do PRONAF não estão satisfeitos com o programa.

1.4 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é avaliar o PRONAF, sob as lentes dos beneficiários desse programa, no assentamento Santa Apolônia em Mirante do Paranapanema-SP.

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se:

- ✓ Caracterizar os produtores rurais assentados beneficiários do PRONAF, quanto à sua condição socioeconômica e às suas respectivas unidades de produção familiar;
- ✓ Construir modelos de equações estruturais (MEE) para a avaliação do PRONAF no assentamento Santa Apolônia a partir dos processos de Implantação, Produto da Implantação e Resultados desse programa;
- ✓ Analisar o modelo estrutural obtido para o assentamento Santa Apolônia e relacionar os respectivos resultados aos principais estudos sobre o PRONAF.

1.5 Justificativa

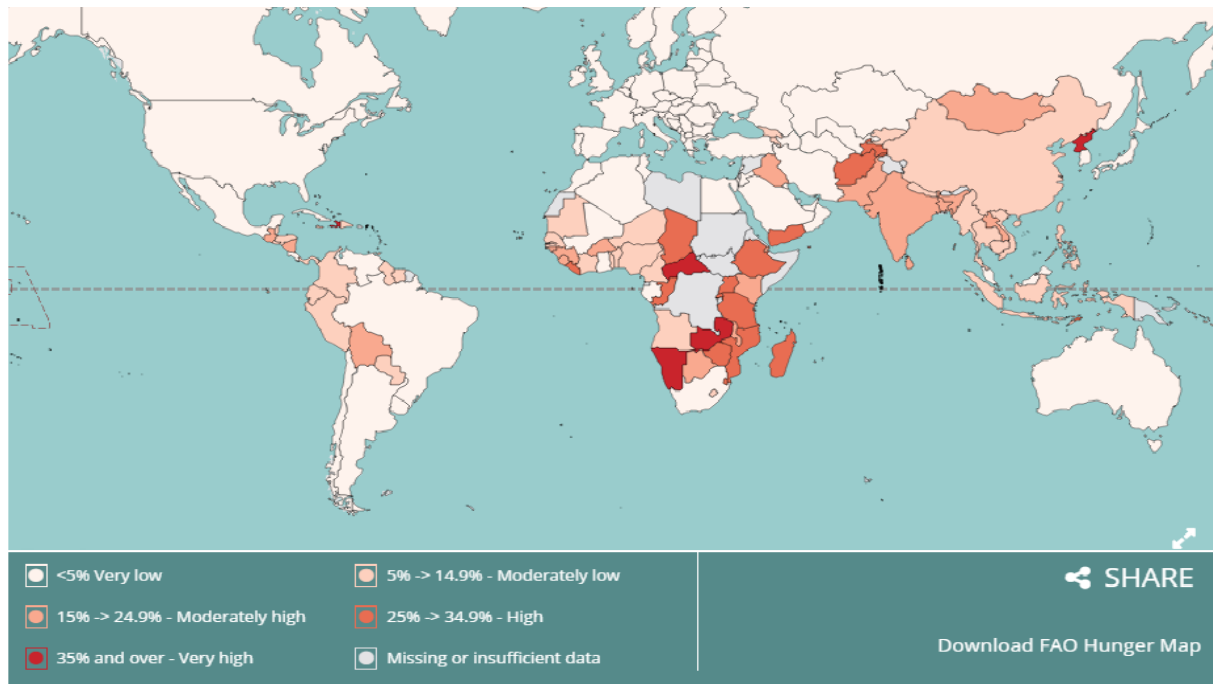
Os desafios que as futuras gerações deverão enfrentar, dentre elas o aquecimento global, a exploração econômica baseada em práticas insustentáveis, o crescimento populacional e a escassez de energia, implicam no engajamento da sociedade civil no campo político, visando, de forma ativa, atuar nesse cenário e lutar por políticas públicas que promovam uma aproximação da justiça social.

O *Welfare State*³, desacreditado, cedeu lugar a uma sociedade que tem conquistado espaços na formulação das políticas públicas, por intermédio do engajamento de pessoas em causas de interesse social. Grisa e Schneider (2015) destacam que novas relações se estabeleceram entre o Estado e a sociedade civil nas últimas décadas, e novos atores sociais tiveram seus direitos reconhecidos.

O agronegócio brasileiro, mundialmente conhecido por sua elevada capacidade de produção e exportação, não fora suficiente para combater a pobreza e a fome de parcela da população rural brasileira. No ano de 2004, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional apontou que 46% da população rural brasileira enfrentou a insuficiência de alimentos para o provento da família – fato que sugeria a necessidade de tornar produtivas as terras disponíveis e o aprimoramento das políticas públicas orientadas aos grupos de marginalizados e excluídos. Graças à programas como o Bolsa Família, o Fome Zero e o Brasil Sem Miséria, associados a outras políticas públicas (tal como o PRONAF), esse cenário mudou, levando a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) a declarar em 2015, a saída do Brasil do mapa da fome (vide a figura 1). Mas há muito por fazer.

³ Também dito Estado Providência, diz respeito a conduta do Estado em promover políticas públicas visando administrar os conflitos e amenizar os efeitos dos desníveis sociais existentes.

Figura 1 - Mapa da fome no mundo no ano de 2015



Fonte: FAO (2017)

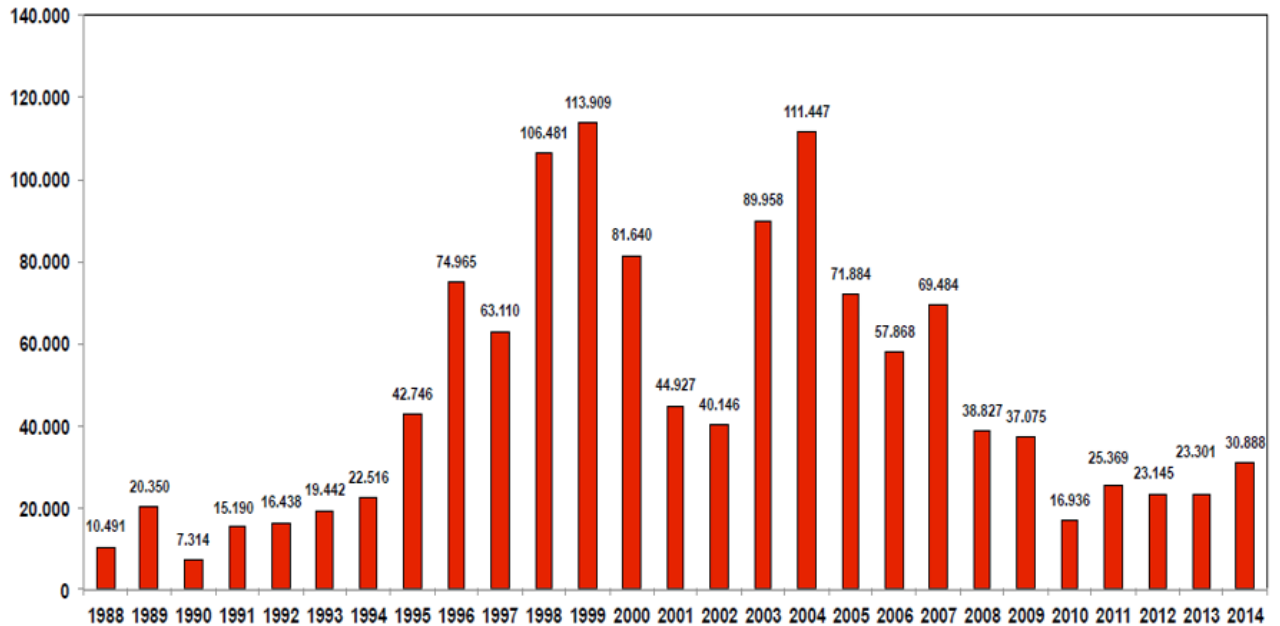
A estrutura fundiária do Brasil é bastante concentrada desde a época da colonização, conseqüentemente, tal fato pesa sobre a desigualdade social existente nos meios rural e urbano. Contudo, O PRONAF, em alguma medida, tem modificado o panorama da desigualdade do meio rural, e, dadas as particularidades que o diferenciam das políticas públicas anteriores, de certa forma, veio confrontar o modelo econômico estabelecido (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Em virtude de as políticas públicas terem favorecido os produtores rurais capitalizados, em descompasso às reduzidas políticas estatais direcionadas ao produtor familiar, é possível considerar a existência da polarização entre a agricultura familiar e a não familiar. Schneider (2010), considera tal debate maniqueísta, uma vez que a diferença central entre essas é que a primeira produz para o mercado interno e a última visa especialmente o mercado internacional. O que parece incontroverso é que nenhuma delas, isoladamente, é autossuficiente para atender as demandas alimentares da população ou para a geração de divisas, sendo ambas indispensáveis econômica e socialmente ao País.

Com o fim da ditadura militar e no ímpeto de obter terras, eclodiram fortes movimentos sociais pelo Brasil. Desde a década de 1980, a imprensa tem veiculado as ocupações de terras (figura 2), especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), situação

na qual esses trabalhadores figuraram, por vezes, como membros de quadrilhas, que, de forma violenta e predatória, invadiam propriedades privadas e estatais (FERNANDES, 2000).

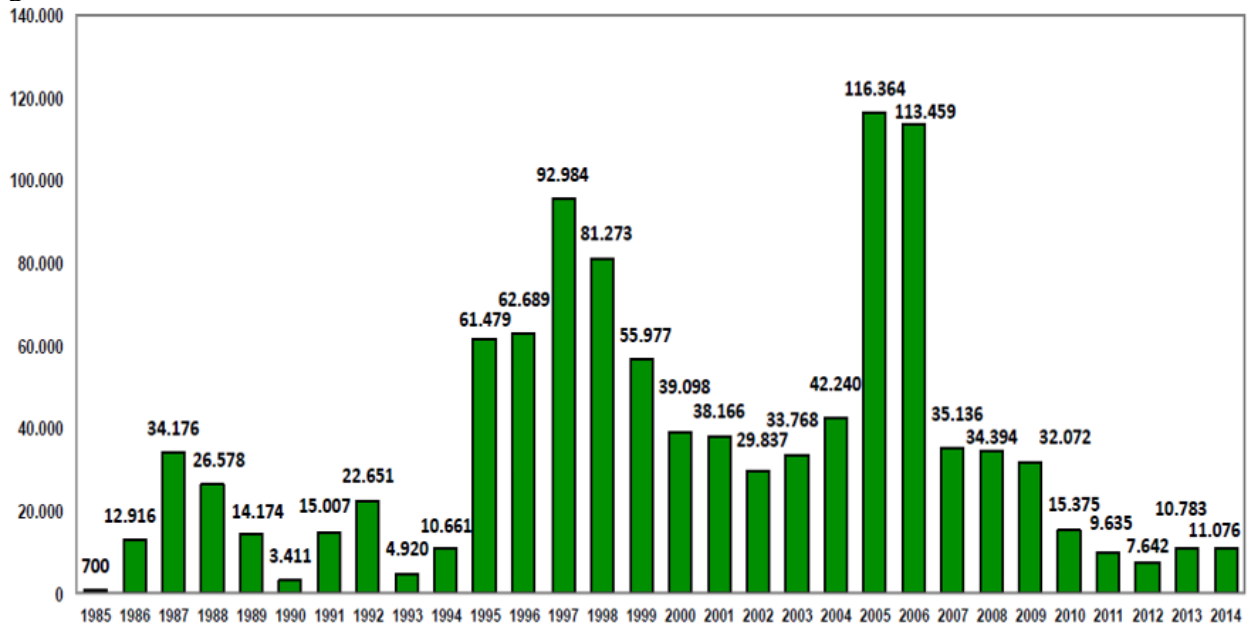
Figura 2 - Número de famílias que ocuparam terras entre 1988 e 2014



Fonte: Dataluta – banco de dados da luta pela terra

As repetidas ações de ocupação pelo MST (e da reintegração de posse pelos fazendeiros) culminaram, após confrontos, no assentamento de diversas famílias (figura 3) em todo o Brasil. Fernandes (2004) entende que os assentamentos foram impulsionados pelas ocupações de terras promovidas pelos trabalhadores rurais delas desprovidos.

Figura 3 - Número de famílias assentadas entre 1985 e 2014

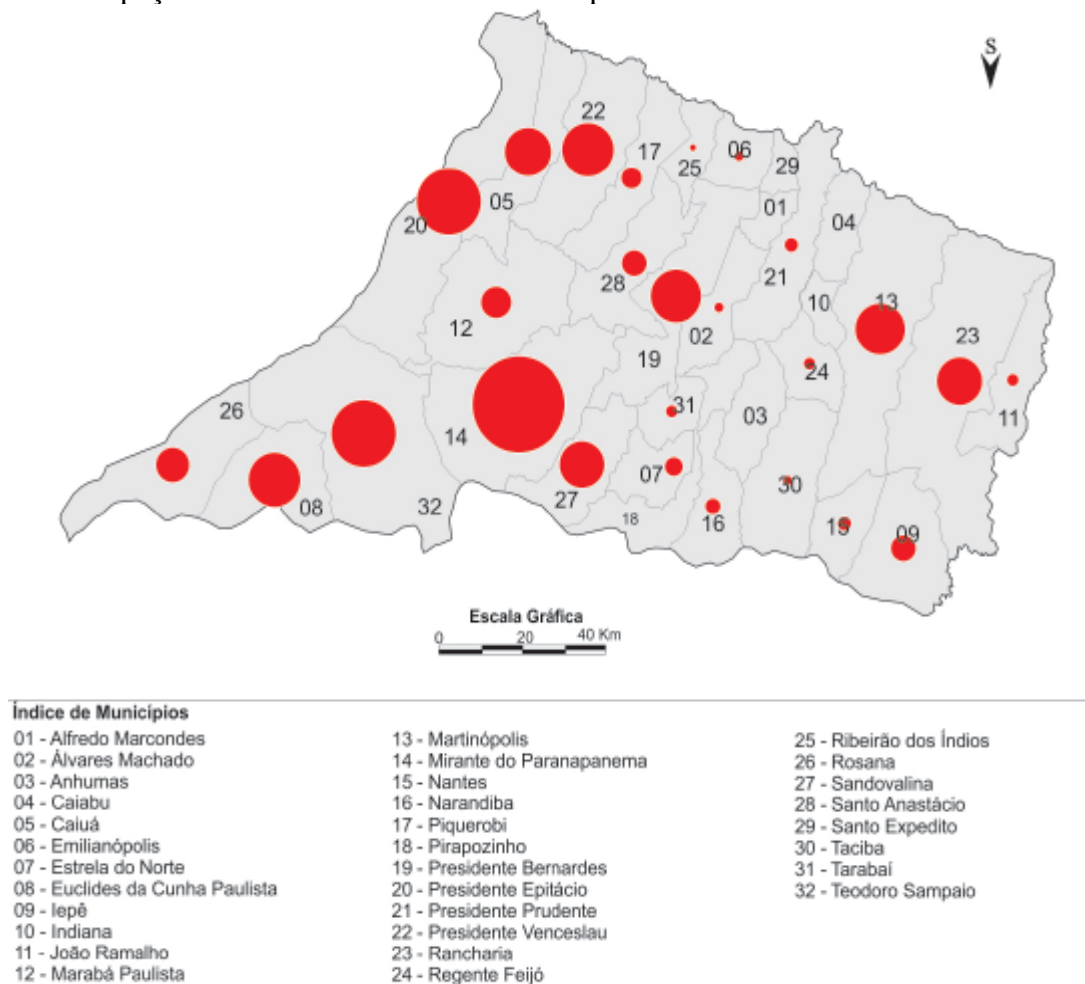


Fonte: Dataluta – banco de dados da luta pela terra

O Pontal do Paranapanema, localizado na região Sudeste do estado de São Paulo, ficou conhecido por possuir faixas de terras em situação irregular, dominadas por posseiros, grileiros e por fazendas improdutivas. Os movimentos sociais nessa região ganharam destaque em nível nacional e influenciaram a ação de grupos por todo o País, bem como a divergência da opinião pública sobre a legitimidade do movimento.

Levando em conta esses fatores, o presente estudo está voltado para o assentamento Santa Apolônia, sediado em Mirante do Paranapanema-SP, município que pertence à região do Pontal do Paranapanema - palco de intensas ações de ocupação de terras (figura 4). Trata-se do segundo maior assentamento do município, tendo iniciado as suas atividades em dezembro de 1996, com área de 2.657,74 ha.

Figura 4 - Ocupações de terras no Pontal do Paranapanema entre 1988-2012



Fonte: Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra (2013)

As políticas públicas devem ir ao encontro das demandas do seu público-alvo, de sorte que é interessante ao gestor público conhecer a concepção da realidade sob as lentes desse público. Assim, a avaliação do PRONAF, por seus beneficiários, poderá ser um instrumento valioso quando da (re) elaboração de políticas públicas que atendam aos anseios dos produtores familiares, viabilizando a reprodução social e a permanência desses no campo.

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 20/12/2019.

Tratando da VL QuaVi ($R^2 = 63,6\%$), as assertivas tratam da satisfação com a alimentação (QuaVi59_2), moradia (QuaVi61_2), aquisição de roupas (QuaVi62_2), aquisição de remédios (QuaVi63_2), ajuda no transporte (QuaVi64_2) e ajuda para comprar algum bem (QuaVi65_2). Todas essas VO apresentam forte carga fatorial ($> 0,70$) e são importantes para o modelo. A estatística descritiva mostra que a satisfação é moderada ou baixa para essas VOs (alimentação 63,64%; moradia 38,18%; aquisição de roupas 38,18%; aquisição de remédios 40%; ajuda no transporte 36,36% e ajuda na compra de algo 45%).

Diante o exposto, resta claro que os usuários, em alguma medida, estão satisfeitos com o programa.

No Diagrama de Caminho (figura 39) o constructo *implantação* (2ª ordem) é exógeno, e possui relações com os constructos de 1ª ordem (endógenos) *adequação dos recursos liberados* (AdRecLi), *Gestão da Assistência Técnica* (GeAsTe), *Gestão do Projeto* (Geproj), *Gestão do Crédito* (Gecre) e *Adequação do Projeto* (AdProj).

O constructo *produto* (2ª ordem) é endógeno (dependente) e exógeno (independente), simultaneamente, uma vez que é moderador da relação entre os constructos *implantação* e *resultado*. A VL *produto* possui relações com os constructos endógenos (1ª ordem) *consumo e venda de produtos* (ConVePr), *adequação do produto aplicado* (AdProAp), *influência do clima na gestão de recursos* (InCiCeRe) e *adequação do crédito* (AsCr).

O constructo *resultado* (2ª ordem) é endógeno, e relaciona-se com os constructos (1ª ordem) *fixação no campo* (FxCam), *qualidade de vida* (QuaVi), *capacidade produtiva* (CaPro) e *Gestão do Emprego e Renda* (GeEmRen).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modelagem de equações estruturais (MEE) revela-se bastante útil na elaboração de modelos que possam representar os fenômenos sociais, e ao mesmo tempo, testar o quanto a teoria se ajusta à realidade. Nesse trabalho, foram desenvolvidos dois modelos: o modelo de mensuração, que serviu para verificar a acurácia e o grau de confiabilidade dos dados coletados e o modelo estrutural, que permitiu compreender a forma e a intensidade das relações entre as variáveis latentes.

A partir do Diagrama de Caminho, foi realizada uma análise confirmatória, com o fito de testar as hipóteses estabelecidas. A análise dos testes t (Student), apontam para a existência de correlações significativas entre vários constructos, exceto para o caso da relação *implantação-*

> produto ($t = 1,10$) e *produto->resultado* ($t = 0,26$), eis que os referidos valores de t são inferiores a 0,96.

Abordando sobre as hipóteses estabelecidas na pesquisa (que não se confirmaram), a primeira propunha que *a avaliação da implantação prediz a avaliação do produto da implantação*. A análise confirmatória comprovou a inexistência de relação cartesiana nesse caso. O objetivo do mutuário do PRONAF é obter o recurso que necessita (produto), pois o que busca é o capital (o gado, os instrumentais de trabalho, máquinas, etc.), indispensável para gerar divisas e permitir a reprodução social no campo. Portanto, é possível que a etapa implantação não tenha maior relevância para o usuário do programa, pois o olhar parece mais voltado para o produto em si mesmo. Contudo, essa explicação (provisória) enseja a realização investigação científica, sendo oportuno sugerir esse tema para pesquisas futuras.

A segunda hipótese afirmou que *a implantação é capaz de gerar melhorias significativas nos resultados da unidade de produção familiar*. Tal afirmativa não encontrou guarida no estudo realizado, pois o fato de acessar o PRONAF (implantação) não implica na melhoria dos resultados. O Diagrama de Caminho mostra que não há relações entre a implantação e o resultado, uma vez que a carga fatorial entre o produto e o resultado é negativa, terminando por isolar a implantação e o resultado. No mais, os resultados dependem de diversos fatores endógenos (tecnologia adotada, uso adequado dos recursos, capacitação do produtor, etc.) e exógenos (preço de comercialização, nível de chuvas, geadas, etc.), e não podem ser determinados de forma precisa.

A terceira hipótese propôs que *os beneficiários do PRONAF não estão satisfeitos com o programa*. Essa hipótese foi refutada, uma vez que os beneficiários reconhecem a importância do programa como instrumento indispensável para investir ou custear as atividades. Mesmo tecendo críticas contundentes (tais como o insuficiente apoio dos técnicos em extensão, a falta de condições de acessar o crédito ou pagar a dívida com o PRONAF, etc.), a maioria compreende que o programa, apesar de falho, ajudou a melhorar as condições de vida, e entendem que sem o crédito não é possível produzir.

Ainda que haja predominância dos indicadores de satisfação quanto à *implantação, produto da implantação e resultados* do PRONAF, tais indicadores devem ser apreciados de maneira conservadora. Há relatos sobre a existência de entraves burocráticos e dificuldades quanto à tramitação dos documentos e procedimentos - uma espécie de desordem em relação aos documentos - que, segundo vários assentados (até entre os que negociaram várias vezes com o banco), desapareciam no banco, sendo que eles se obrigavam a rerepresentá-los. Mesmo diante desses apontamentos, alguns declaram-se por satisfeitos, pois consideram o ato de

reclamar como “ingratidão”. Outros avaliaram positivamente, pois nada possuíam antes do PRONAF e, mesmo com as dificuldades, o conseguiram.

Quanto aos serviços de extensão, vários assentados afirmaram que os técnicos vão ao lote somente para realizar a caderneta de campo. Interessante pontuar que alguns assentados não se importam de não terem o acompanhamento técnico, eis que parte deles entendem que o técnico “atrapalha”. Outros relatam que não sabem opinar sobre o trabalho dos técnicos, pois nunca tiveram o acompanhamento de um deles [...]. As críticas recaem também sobre o Itesp, que, para muitos, é uma instituição estéril e sem função no assentamento. É oportuno registrar que há relatos de alguns assentados elogiando o trabalho dos técnicos, enfatizando que os técnicos atuais são bons e prestativos.

Requer atenção os níveis de insatisfação quanto à venda de produtos agropecuários. De forma quase unânime, os assentados relatam que não obtiveram o preço esperado em seus produtos agrícolas. Alguns sofreram perda da lavoura, quer seja por geada, excesso de chuva em alguns períodos ou em função da baixa umidade do solo durante a estiagem. Registra-se que o solo na região do assentamento é arenoso e bastante dependente de adubo.

Os depoimentos retratam que a situação era melhor quando podiam vender para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), organizadora do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei 10.696/03. A partir dessa ruptura, alguns produtores afirmam que não adianta produzir, pois não conseguem vender a produção.

Os produtores de leite, por sua vez, reclamam que o preço de venda causa desmotivação, e compreendem que é preciso vender e que não há alternativa. Nesse contexto, fica evidente um dos aspectos contraditórios do PRONAF, pois os projetos realizados não completam a diversificação da produção - ao revés – preconizam a especialização, situação em que o produtor fica à mercê de fatores exógenos ao seu controle e submetido à insegurança alimentar.

Para alguns assentados, a disponibilidade dos recursos do PRONAF não garantiu a manutenção do capital de giro e a preservação dos recursos geradores de caixa. Aos que não recuperaram o investimento realizado (gado, lavoura, eucalipto) por conta de intempéries ou baixo preço de venda, remanesceram as dívidas e a restrição cadastral, levando o produtor à insatisfação. A perda desses ativos impossibilita a capacidade de equilíbrio financeiro da atividade, gerando uma quebra no ciclo operacional (tempo necessário para produzir e vender) e financeiro (fluxos de pagamentos após os recebimentos). O desequilíbrio financeiro fica contundente quando o produtor se torna inadimplente, vez que não consegue angariar novos recursos e reequilibrar os ciclos. De acordo com alguns assentados, está praticamente

impossível obter novos recursos do PRONAF, já que o banco tem exigido um fiador para concretizar a operação.

Sobre a qualidade de vida no assentamento, os usuários do PRONAF relatam satisfação quanto à melhoria na alimentação, mas estão descontentes quanto ao atendimento médico (precário e paliativo) e aos meios de transporte (inexistente para muitos deles). Os insatisfeitos compreendem que a renda oriunda do lote é baixa, e dificulta o consumo de itens do vestuário, remédios, brinquedos, alimentos para agradar os filhos (guloseimas), etc.

Acerca do relacionamento entre os assentados e os técnicos, ou ainda, quanto aos apontamentos tecidos sobre as instituições financeiras, que, na visão de muitos assentados, visam satisfazer os produtores rurais mais capitalizados, faz-se mister a aproximação entre os assentados e a assistência técnica, assim como a redução do distanciamento entre os assentados e a instituição bancária, pois tais lacunas não permitem a otimização dos recursos, independentemente de os arquétipos que permeiam a visão dos assentados ao avaliar o banco e os técnicos.

A respeito da manutenção dos créditos disponibilizados, o PRONAF mostra-se em contradição: o programa tem atendido, com alguma regularidade, 5,88% dos produtores familiares do assentamento. Tão somente esses produtores têm conseguido gerar renda e ocupação para a família, honrar os compromissos financeiros assumidos e se valer do crédito para alavancar os resultados operacionais.

O êxito do PRONAF depende da combinação de recursos e de distintos agentes econômicos, de modo a gerar as condições necessárias para a alavancagem da produção, manutenção do capital de giro, da renda e dos ativos geradores de caixa. Para esse feito, as etapas do PRONAF devem ocorrer de modo sincronizado, iniciadas por um adequado planejamento (produção e comercialização) e seguidas da capacitação dos assentados, sendo indispensável o constante acompanhamento técnico. A pesquisa aponta reduzida satisfação quanto a esses quesitos no assentamento.

No contexto em estudo, o programa distanciou-se dos propósitos delineados na Lei 11.326/2006, pois não assegura aos produtores familiares produzir de forma sustentável (poucos participam de cursos de capacitação e a produção é dependente de insumos químicos) e não há trabalhos orientados para ações de planejamento ambiental. Em face do reduzido número de produtores familiares que têm acessado o crédito com regularidade, resta clara a discrepância (concentração de renda e de créditos) entre os agricultores familiares no assentamento, afrontando a equidade na aplicação da política. Nessa esteira, o Pronaf tem representado uma fonte de recursos inacessíveis para considerável parcela dos assentados,

afastando o programa da concretização dos seus objetivos (que ultrapassam a disponibilidade de créditos) e ineficaz para o fortalecimento da agricultura familiar.

O cenário aponta que considerável parcela dos assentados experimenta dificuldades, especialmente quanto ao crédito, renegociação das dívidas, acesso às tecnologias (ativos e conhecimento técnico voltado à produção) e reduzidas opções de comercialização. O baixo grau de instrução dos assentados pode restringir a busca de novas alternativas para o enfrentamento das dificuldades, haja vista que 60% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental incompleto e 22% o ensino médio. O que parece incontroverso entre os produtores familiares do assentamento é quanto à importância atribuída ao PRONAF, tido como indispensável para a produção e para a permanência das famílias no meio rural. Ainda que em circunstâncias de adversidades, a maioria dos entrevistados relatam satisfação em viver no campo.

6 REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 53-82. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BAGOZZI, R. P.; Y. I, Y. On the evaluation of structural equation models. **Journal of the Academy of Marketing Science**, v. 16, p.74-94, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Quantidade e Valor dos Contratos por Tipo de Pessoa, Região e UF**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ptbr#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcTipoPessoaRegiaoUf.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Tipo%20de%20Pessoa,%20Regi%C3%A3o%20e%20UF&exibeparametros=true&botoesExportar=true>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

BANCO DO NORDESTE. **Grupos e Linhas de Crédito PRONAF - Quadro Resumo**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/165130/231210/tabela_dos_grupos_Julho_2017/ebfbf374-75ab-0dd9-3ca2-60e08a1e91dc>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BATALHA, M. O.; IANNONI, A. P.; LIMA FILHO, D. de O.; SOUZA FILHO, H. M. de.; PAULILLO, L. F.; AZEVEDO, P. F. de.; SPROESSER, R. L.; SILVA, A. L. da.; SCRAMIM, F. C. L.; NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M.; MORABITO, R.; MARTINS, R. A.; BIALOSKORSKI NETO, S. **Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (coord.). **Gestão Agroindustrial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. p. 23-63.

BATALHA, M. O.; SOUZA FILHO, H. M.; BUAINAIM, A. M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 13-43. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/02O122.pdf>>. Acesso: 06 out. 2016.

BELIK, W. O financiamento da agropecuária brasileira e seu desempenho no período recente. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém. **Anais...** Brasília: Sober, 2013, p. 7-54.

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOLAND, M.; GALLO, E. **Casos de estratégia de agronegócios internacionais**: livro em honor al Professor Ray Goldberg. Kansas: Departamento de Economia Agrícola: Editora Kansas State University, 2009.

BRAGA JUNIOR, S. S.; VEIGA NETO, A. R.; MORAES, N. R. Atributos de Estilo de Vida do Consumidor Relacionados ao Consumo de Produtos Orgânicos no Varejo Especializado. **REMark. Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, p. 36-46, 2014. Disponível em: <[http://file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/2781-12369-1-PB%20\(2\).pdf](http://file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/2781-12369-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em: 08 abr. 2017.

BRASIL. **Decreto 1.946/96** de 28 de Junho de 1996 - Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências, Brasil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm>. Acesso em: 22 out. 2016.

BRASIL. **Lei 601/1850** de 18 de Setembro de 1850 – Dispõe sobre as terras devolutas do Império, Brasil, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL. **Lei 3353/88** de 13 de Março de 1888 – Declara extinta a escravidão no Brasil, Brasil, 1888. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm>. Acesso em: 02 fev. 2017.

BRASIL. **Lei 4.504/64** de 30 de Novembro de 1964 - Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências, Brasil, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 22 mar. 2017.

BRASIL. **Lei 4.829/97** de 05 de Novembro de 1965 – Institucionaliza o crédito rural, Brasil, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4829.htm>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRASIL. **Lei 5.889/73** de 08 de junho de 1973 – Estatui normas reguladoras do trabalho rural, Brasil, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5889.htm>. Acesso em: 01 nov. 2016.

BRASIL. **Lei 6.746/79** de 10 de Dezembro de 1979 - Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências, Brasil,

1979. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. **Lei 11.326/06** de 24 de julho de 2006 - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, Brasil, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 03 dez. 2016.

BRASIL. **Lei 12.512/11** de 14 de outubro de 2011 - Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006, Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112512.htm>. Acesso em: 16 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um novo Brasil rural**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/4405346.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2016.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, v. 57, p. 221-236, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a17v2057.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da.; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Ano XXII, n.2, p. 105-121, abr./maio/jun. 2013.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura Familiar: Uma Leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 8, p. 70-85, abr. 1997. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/106/102>> Acesso em: 02 mar. 2017.

COHEN, J. **Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences**. 2nd ed. New York: Psychology Press, 1988.

CORREA, W. K.; GERARDI, L. H. O. A Produção Familiar e os Desafios do Mercado. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 31, abr. 2002, p. 12-15. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/25193/22151>>. Acesso em: 03 out. 2017.

DAMASCENO, N. P.; KHAN, A. S.; LIMA, P. V. P. S. O impacto do PRONAF sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no estado do Ceará.

Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), Piracicaba - SP, v. 49, p. 129-156, 2011.

DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. **Brasil rural em debate**: coletânea de artigos. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2010, p. 28-78.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

FAUL, F.; ERDFELDER, E.; LANG, A. G.; BUCHNER, A. G. Power 3: A flexible statistical power analysis program for the social, behavioral, and biomedical sciences. **Behavior Research Methods**, v. 39, 175-191, 2007. Disponível em: < <http://www.gpower.hhu.de/>> Acesso em: 02. mar 2017.

FEIJÓ, R. Avaliação Preliminar do Impacto do PRONAF na Produtividade da Agricultura Familiar. **Texto para discussão - Série Economia TD-E/37-2003**, Ribeirão Preto, 2003. Disponível em: < <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/E4.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. 20 anos do MST e a perspectiva de reforma agrária no governo Lula. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M.I. (Org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004. p. 273-294. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-42-20-anos-do-mst-e-a-perspectiva-da-reforma-agraria-no-governo-lula.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

FONSECA, P. C. D. O Processo de Substituição de Importações. In: REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (Org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2003, p. 248-282. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/o_processo_de_substituicao_de_importacoes.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2017.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/agropecuaria.htm#tratores>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Rio de Janeiro- ICHS/DDAS, 2012. 280 p. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/DDAS), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro – RJ, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. 'Plantar pro gasto': importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), Piracicaba - SP, v. 46, p. 481-515, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a08.pdf>>. Acesso em: 10. Out. 2016.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o PRONAF: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural** (Impresso), Piracicaba - SP, v. 52, n. 02, p. 323-346, 2014.

GRISA, C. (Org.); SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIM, A. M. ; DISABBATO, A. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba - SP, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012. Disponível em: <<https://doaj.org/article/05a474ce06e04e1b90786e626ecf731f>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba- SP, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n2/04.pdf>>. Acesso em: 02. Jan. 2017.

GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, A. R. ; BUAINAIM, A. M. ; BITTENCOURT, G. A. ; DISABBATO, A. Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil redescoberto. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 28., 1999, Campinas. **Anais ...** Campinas - SP: ANPEC, 2000. p. 256-275
Disponível em: <http://https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

GUEDES PINTO, L. F.; GUEDES PINTO, L. C. Uma análise dos avanços e contradições da agricultura brasileira. **Perspectiva Imaflores**, São Paulo: Piracicaba, n. 3, 2016.

HOFF, D. N.; DEWES, H.; RATHMANN, R.; BRUCH, K. L.; PADULA, A. D. Os desafios da pesquisa e ensino interdisciplinares. **R B P G**, Brasília, v. 4, n. 7, p.42-65, jul. 2007.

HULLAND, J. Use of partial least squares (PLS) in strategic management research: a review of four recent studies. **Strategic Management Journal**, v. 2, n. 20, p. 195–204, 1999. doi: 10.1002/(SICI)1097-0266(199902)20:2<195::AID-SMJ13>3.0.CO;2-7. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/\(SICI\)1097-0266\(199902\)20:2%3C195::AID-SMJ13%3E3.0.CO;2-7/pdf](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-0266(199902)20:2%3C195::AID-SMJ13%3E3.0.CO;2-7/pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2017.

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Assentamentos**. São Paulo, 2017. Disponível em <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009**: Análise do consumo alimentar pessoal no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos Criados**. Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/pas_criados_2016.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2016.

HAIR JR., J. F., BLACK, W., BABIN, B. J., ANDERSON, E., TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**, 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAIR JR., J. F.; HULT, G. T. M.; RINGLE, C.; SARSTEDT, M. **A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

HAIR JR., J. F.; WOLFINBARGER, M. F.; ORTINSU, D. J.; BUSCH, R.P. **Fundamentos de Pesquisa de Marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

KETOKIVI, M.; CHOI, T. Renaissance of case research as a scientific method. **Journal of Operations Management**, v.32, n. 5, 2014.

LOPES, P. F., FRANCO, J. M. C., CASTRO JUNIOR, L. G.; SANTOS, A. C.; CAPPELLE, M. C. A. O PRONAF e as racionalidades da agricultura familiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 1, p. 70-84, abr. 2016, ISSN 1413-0580. Disponível em: <<http://r1.ufrjr.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/669>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

LOURENÇO, C.; LIMA, B. Evolução do agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, n.118, 2009. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

LOUZADA, M. L. C.; MARTINS, A. P. B.; CANELLA, D. S. ; BARALDI, L. G. ; LEVY, R. B.; CLARO, R. M. ; MOUBARAC, J. ; CANNON, G.; MONTEIRO, C. A. Alimentos ultraprocesados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, n. 38, p. 2-11, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102015000100227&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 22 abr. 2017.

MAGALHAES, A. M.; SILVEIRA NETO, R.; DIAS, F. M.; BARROS, A. R. A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise por meio de propensity score. **Economia Aplicada** [online], v. 10, n. 1, 2006. ISSN 1413-8050. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v10n1/28698.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2016.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência a questão política no campo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, R. A. Abordagens quantitativa e qualitativa. In: MIGUEL, P. A. M. (org.). **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MASSUQUETTI, A. A dinâmica da agricultura francesa: inovação, transformação e identidade social. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 48, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v48n2/04.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Social. **Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**. Brasil, 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-vão-à-mesa-dos-brasileiros-são-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MIRANDA, L. L. A vida rural na 'mira' da modernização conservadora: um diálogo com proprietários rurais e o Jornal Correio de Uberlândia, 1960-1985. **História & Perspectivas** (UFU), Uberlândia, v. 1, n. 31, 2004. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/19130/10279>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MULLER, J. M.; LOVATO, P. E.; MUSSOI, E. M. Do tradicional ao agroecológico: a vereda da transição (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima/SC), **Eisforia** (UFSC), Florianópolis, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: <http://seaembu.org/docs/transicao_para_agroecologia.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.

NASCIMENTO, A. C. S.; LOCATEL, C. D.; SANTANA, G. C. P. Estratégias de reprodução social do camponês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[http://file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/download\(3\)%20\(1\).PDF](http://file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/download(3)%20(1).PDF)>. Acesso em: 22 abr. 2017.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. (Orgs.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Jose_Eustaquio_Vieira_Filho/publication/263697445_Distribuicao_produtiva_e_tecnologica_dos_estabelecimentos_agropecuarios_de_menor_porte_e_gestao_familiar_no_Brasil/links/0deec53bafbd33b7dc000000/Distribuicao-produtiva-e-tecnologica-dos-estabelecimentos-agropecuarios-de-menor-porte-e-gestao-familiar-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 02. mar. 2016.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. Agricultura Familiar: o Brasil e os Estados Unidos. **Perspectiva Agropecuária**, v. 3, 2012. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/940025/1/PPAg2011031.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

NEUMANN, P.S.; DALBIANCO, V. P.; ZARNOTT, A.V. A política pública de extensão rural em assentamentos da reforma agrária: a construção de um sistema pluralista descentralizado. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015, p. 401-428. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/10/Pol%C3%ADticas-P%C3%ABlicas-de-Desenvolvimento-Rural-no-Brasil.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

NEVES, M. F.; COELHO, C. S.; CASTRO, L. T. Inserção do pequeno produtor no agronegócio. *Jornal Valor Econômico*. In: NEVES, M. F. **Vai agronegócio! 25 anos cumprindo missão vitoriosa**. São Paulo: Editora Canoaeste, 2007. Disponível em: <<http://www4.esalq.usp.br/biblioteca/content/vai-agroneg%C3%B3cio-25-anos-cumprindo-miss%C3%A3o-vitoriosa>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

OLIVEIRA, L.B. **Estudo da Juventude no Assentamento São Bento – Mirante do Paranapanema-SP/SP: Renúncia ao Território ou Resistência ao Modo de Vida Camponesa?** Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/monocegeo/monografia_luciano.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2017.

PEDROSO, M. T. M. Experiências internacionais com a agricultura familiar e o caso brasileiro: O desafio da nomeação e suas implicações práticas. In: BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/hortalias/busca-de-publicacoes/-/publicacao/994881/experiencias-internacionais-com-a-agricultura-familiar-e-o-caso-brasileiro-o-desafio-da-nomeacao-e-suas-implicacoes-praticas>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

PICOLOTTO, E. L. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **R E S R**, Piracicaba – SP, 2011, v. 52, 2007. Disponível em: <<http://markestrat.com.br/post/525/insercao-do-pequeno-produtor-no-agronegocio/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. Survey Research Methodology in Management Information Systems: An Assessment. **Journal of Management Information Systems**, Autumn, v. 10, n. 2, 1993. Disponível em: <http://borders.arizona.edu/classes/mis696a/resources/readings/PinsonneaultKraemer-1993-JMIS-SurveyResearchMethodologyInMIS_AnAssessment.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2017.

POMBO, O. **Epistemologia da Interdisciplinaridade**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/investigacao/pontofinal.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

REZENDE, G. C. PROCERA: Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 21, n.4, 2001. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0648.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2017.

RINGLE, C. M.; SILVA, D.; BIDO, D. S. Modelagem de Equações Estruturais com utilização do Smartpls. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 13, n. 2, 2014. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Ringle_Silva_Bido_2014_Modelagem-de-Equacoes-Estrutur_31081.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.

ROCHA, F. E. C.; TROCCOLI, B. T.; ALBUQUERQUE, F. J. B. Desenvolvimento de modelo de avaliação de programa de incentivo à agricultura. **Psic.: Teor. e Pesq.** [online], vol.27, n.1, 2011. ISSN 0102-3772. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v27n1/a11v27n1.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, 1997. Disponível em:

<<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/87857/1/Conceitodeseletividade.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

SABOURIN, E. P. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, v. 22, 2007. Disponível em: <<https://doaj.org/article/d929d535fa3e4486b210752c673f3d0e>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

SABOURIN, E. P. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: SEMINÁRIO SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA, 2014, Brasília. **Anais do Seminário sobre Agricultura Familiar Brasileira**. Brasília: NEAD, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Eric_Sabourin/publication/270394315_Origens_evoluc_ao_e_institucionalizacao_da_politica_de_agricultura_familiar_no_Brasil_in_Seminario_sobre_Agricultura_Familiar_Brasileira/links/54a96d010cf2eccc56e6c387/Origens-evolucao-e-institucionalizacao-da-politica-de-agricultura-familiar-no-Brasil-in-Seminario-sobre-Agricultura-Familiar-Brasileira.pdf>. Acesso em: 01. Fev. 2017.

SAITO, É. A. Mapeamento de cana-de-açúcar em áreas de assentamento de reforma agrária no município de Mirante do Paranapanema-SP utilizando imagens CCD/CBERS-2B. In: **Anais ...**, 2009, Natal. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. São José dos Campos: INPE, 2009, p. 419-429.

SALCEDO, S.; SANCHES, A.; COLOMA, M. J. Agricultura Familiar Y Seguridad Alimentaria: El Exitoso Caso Del Proyecto Forsandino. In: SALCEDO, S.; GUZMÁN, L. **Agricultura Familiar em América Latina y el Caribe: Recomendaciones de Política**. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. Chile: FAO, 2014, p. 58-76.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 16, n. 3, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/239611176_POLITICAS_PUBLICAS_PLURIATIVIDADE_E_DESENVOLVIMENTO_RURAL_NO_BRASIL>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. **Sociologias (UFRGS)**, Porto Alegre, v. 8, n.16, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J.; NEY, M. G.; FORNAZIER, A. Análise da distribuição dos financiamentos rurais entre os estabelecimentos agropecuários brasileiros. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://search.scielo.org/resource/pt/S0103-20032015000200251-scl>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J.; NEY, M. G.; FORNAZIER, A. Análise da evolução do valor dos financiamentos do PRONAF Crédito (1999 a 2010): Número, valor médio e localização geográfica dos contratos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 51, n. 2, p. 237-254, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n2/v51n2a02.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

TABACHNICK, B.; FIDELL, L. **Using multivariate statistics**. New York: Harper Collins College Publishers, 1996.

TAVARES, J. R.; RAMOS, L. **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento Agroecológico**. Manaus: Bagaço, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Assist%C3%Aancia_T%C3%A9cnica_e_Extens%C3%A3o_Rural_-_Jorge_Tavarez_e_Ladjane_Ramos.pdf> Acesso em: 02 fev. 2017.

VARGAS, T. V. Pesquisa, reflexão, extensão: tipos de questões. In: SOUZA, M.; MORAIS, A. **Origem e evolução do conhecimento**. Pará: UFOPA, 2012.

VILELA, S. L. de. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma "questão tecnológica". In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1756/Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017.

VOROSMARTY, C. J.; MCLNTYRE, P. B.; GESSNER, M. O.; DUDGEON, D.; PRUSEVICH, A.; GREEN, P.; GLIDDEN, S.; BUNN, S. E.; SULLIVAN, C.A.; REIDY, L. C.; DAVIES, P. M. Global threats to human water security and river biodiversity. **Nature**, v. 467, n. 7315, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1038/nature09440>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 1999. p. 23-56. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Raizes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20->

<http://www.scielo.br/pdf/rap/v48n4/a05v48n4.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre, Bookman, 2010.

ZANI, F. B.; COSTA, F. L. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — novas perspectivas de análise. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro, v. 4, n. 48, jul./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v48n4/a05v48n4.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2016.

7 APÊNDICES

ANEXO II

Formulário de entrevista estruturado

Nº do formulário: _____ Assentamento: _____ Lote: _____ Data: ____/____/____

1. Nome do responsável pelo lote:		
2. Nome do entrevistado:		
3. Idade:	4. Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> F () M	5. Escolaridade: <input checked="" type="checkbox"/> Analfabeto () Fundamental () Médio () Superior () Pós-graduação
6. Endereço:		
7. Telefone:		8. E-mail:
9. Município/Estado:		
10. E agricultor familiar? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não		11. Tem DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF)? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
12. Perfil do entrevistado: <input checked="" type="checkbox"/> Proprietário () Esposa (o) () Filho (a) () Administrador/contratado () Empregado/contratado <input checked="" type="checkbox"/> Outro		
13. Ano de ingresso no lote:		
14. Há quanto tempo é produtor? <input checked="" type="checkbox"/> menos de 10 anos () 10-20 anos () 21-30 anos () 31-40 anos () 41-50 anos () mais de 50 anos		
15. Tem empregados permanentes contratados para a atividade agrícola? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Se sim, quantos? _____		16. Contrata empregados temporários para o período de plantio e de colheita? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Se sim, quantos? _____
17. Número de pessoas da família que contribuem na atividade agrícola:		
18. Tamanho da propriedade (hectare):		19. Tem mais de uma propriedade? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
20. Estratégia/saída para sobrevivência durante o período de entressafra/seca:		
	Custeio	Investimento
21. Número de vezes que conseguiu crédito pelo PRONAF		
22. Montante		
23. Finalidade		
24. Pago	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não
25. Percentual (%) de pagamento		
26. Possui anotações restritivas que o impedem de acessar crédito atualmente? (<i>Serasa, SPC, não quitação de recursos do PRONAF, etc</i>)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	<input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não

IMPLANTAÇÃO DO PRONAF

1 - Gestão do projeto/proposta (GeProj)

I	Quem elaborou os projetos? (<i>INCRA, ITESP, etc</i>)							
	Quem orientou o (a) sr.(a)/assentamento durante a elaboração dos projetos? (<i>Técnico da extensão rural, associação, banco, sindicato</i>)							
V1	Antes da elaboração dos projetos/propostas, o técnico da extensão/projetista discutiu/trocou ideias com o (a) sr.(a) para fazer os projetos? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso (relação)?		<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V2	Durante esses contatos, o técnico da extensão/projetista orientou o (a) sr.(a) em relação aos documentos necessários para acompanhar os projetos/propostas? Digo quanto à DAP, carta de anuência, cópias de documentos pessoais, etc.. Qual o seu nível/grau de satisfação com isso (orientação)?		<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V3	Antes de elaborar o projeto/proposta, o técnico da extensão/projetista explicou o tipo de animal ou, de máquina/equipamento, que deveria escolher para comprar? (compra adequada) Qual o seu nível/grau de satisfação com isso (orientação)?		<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V4	Durante esses contatos, o técnico da extensão/projetista explicou sobre as condições de pagamento? Digo quanto à forma de pagamento, tempo de carência, abatimento, juros. Qual o seu nível/grau de satisfação com isso (orientação)?		<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V5	Depois de elaborar o projeto/proposta, o técnico da extensão/projetista, voltou, discutiu e fechou o projeto do (a) sr.(a)? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso (orientação)?		<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V6	O técnico da extensão/projetista verificou os documentos e pediu para que (a) sr.(a) assinasse os documentos de acompanhamento do projeto/proposta? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso (orientação)?		<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V7	O técnico da extensão/projetista encaminhou ao banco o/a projeto/proposta e demais documentos do (a) sr.(a)? Digo quanto à demora, às explicações fornecidas e número de visitas ao projetista visando o andamento da documentação. Qual o seu nível/grau de satisfação com isso (andamento dos documentos)?		<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não				
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	

2 – Adequação do projeto/proposta (Adproj)

II	Depois do projeto pronto, o (a) sr. (a) viu/conheceu o projeto que o técnico da extensão rural elaborou para o (a) sr. (a)?	() Sim	() Não				
	O(a) sr.(a) ou a sua associação tem cópia do projeto técnico?	() Sim	() Não				
V8	O(a) sr.(a) acha que o projeto atendeu aquilo que o (a) sr. (a) queria fazer em sua propriedade? Qual o seu nível/graude satisfação isso (atendimento)?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	

V9	O(a) sr.(a) acha que o projeto serviu para produzir, criar e vender na sua região? Qual o seu nível/graude satisfação isso (serventia do projeto)?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V10	O (a) sr.(a) acha que os recursos previstos no projeto foram adequados para a compra do que foi planejado? Qual o seu nível/graude satisfação com isso (adequação dos recursos)?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V11	O que foi planejado no projeto foi executado na propriedade? Qual o seu nível/graude satisfação com isso (quanto ao que foi executado)?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V12	O que foi planejado no projeto gerou lucro? Qual o seu nível/graude satisfação com isso? (lucro gerado pelo planejamento)	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
3 – Gestão da assistência técnica (GgAsTe)							
V13	O técnico da extensão/projetista deu assistência técnica ao (a) sr.(a) durante a implantação do projeto? (compra de gado e de materiais de investimento, implantação de lavoura). Qual o seu nível/graude satisfação com isso? (assistência)	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V14	O técnico da extensão/projetista deu/tem dado assistência técnica ao (a) sr. (a) durante o período de execução do projeto? Digo no sentido de orientação técnica, acompanhamento do projeto/proposta, com apoio junto ao banco no caso de perdas. Qual o seu nível/graude satisfação com isso? (assistência)	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V15	O (a) sr. (a) participou de algum curso de capacitação rural, antes ou depois da implantação do projeto? Cursos: Qual o seu nível/graude satisfação com isso? (preparo/cursos)	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V16	O(a) sr.(a) acha que pode seguir a orientação do técnico da extensão rural? Qual o seu nível/graude satisfação com isso? (orientação)	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	

4 – Gestão do crédito (Ggcre)

V17	Antes da elaboração do projeto/proposta (a) sr. (a) participou de alguma reunião com o pessoal do banco para explicar o que é o Pronaf/credito? Qual o seu nível/graude satisfação com isso? (orientação)	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V18	Ainda sobre a reunião, o pessoal do banco falou dos documentos que têm que ser providenciados para ter acesso ao crédito? Digo a respeito de cadastros, orçamentos dos materiais, documentos pessoais, DAP, etc.). Qual o seu nível/graude satisfação com isso (esclarecimentos)?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V19	Quanto à reunião, o pessoal do banco falou sobre incentivos financeiros. Digo em relação aos juros, rebate, prazo de pagamentos e limite de crédito. Qual o seu nível/graude satisfação com isso? (informações financeiras)	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V20	Depois de certo tempo, o pessoal do banco entrou em contato com o (a) sr. (a), ou com sua associação, para assinar o contrato e liberar o crédito? Qual o seu nível/graude satisfação com isso? (iniciativa do banco)	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V21	O pessoal do banco já esteve em sua propriedade para conferir o material comprado? Qual o seu nível/graude satisfação com isso?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	

5 – Adequação dos recursos liberados (AdReclj)

V22	O (a) sr.(a) financiou animal (is)? Digo em relação à gado, ovelha, cabra, porco, galinha, reprodutor. Qual o seu nível/graude satisfação com isso?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V23	O (a) sr.(a) financiou máquinas e equipamentos? (máquina forrageira., motor, sist. irrigação, equip. apicult., piscicult., carroça, etc.). Qual o seu nível/graude satisfação com isso?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V24	O(a) Sr.(a) financiou cerca? Qual o seu nível/graude satisfação com isso? (construção da cerca)	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V25	O (a) sr.(a) financiou estrutura de abastecimento d'água?. Digo em relação à construção ou reforma de cacimbão, açude – barreiro. Qual o seu nível/graude satisfação com isso?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V26	O (a) sr.(a) financiou formação de pastagem – capineira? Digo sobre o capim forrageiro, capim de pisoteio, cana, palma. Qual o seu nível/graude satisfação com isso?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V27	O (a) sr.(a) financiou alguma estrutura para os animais? Digo cocheira, aprisco, galpão, apiário – caixas de madeira. Qual o seu nível/graude satisfação com isso?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V28	O (a) sr.(a) financiou agricultura? Digo sobre culturas como o arroz, feijão, milho, algodão, mandioca, amendoim, inhame, alface, tomate, cebola. Qual o seu nível/graude satisfação com isso?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V29	O (a) sr.(a) financiou mais alguma coisa que não foi avaliado - perguntado até agora? Qualquer coisa, tal como ração, suinocultura, fruticultura, avicultura, apicultura. Qual o seu nível/graude satisfação com isso?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	
V30	Quanto ao processo de implantação, de maneira geral, o sr.(a) ficou satisfeito? Digo sobre a ajuda que conseguiu para obter o Pronaf. Qual o seu nível/graude satisfação com isso?	() Sim	() Não				
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	

PRODUTO DA IMPLANTAÇÃO

1 – Adequação dos produtos aplicados (AdProAp)

V31	O (a) <u>sr.(a)</u> adquiriu máquinas e equipamentos com recursos do Pronaf? Essas máquinas e equipamentos estão apoiando o (a) <u>sr.(a)</u> em suas atividades? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V32	O (a) <u>sr.(a)</u> construiu alguma estrutura para os animais com recursos do Pronaf? Essa estrutura está atendendo as necessidades de seus animais? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)

V33	O (a) <u>sr.(a)</u> construiu cerca com recursos do Pronaf? A cerca está atendendo a proteção em sua propriedade? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V34	O (a) <u>sr.(a)</u> construiu ou reformou alguma estrutura de abastecimento d'água com recursos do Pronaf? Essa estrutura está atendendo o abastecimento d'água? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V35	O (a) <u>sr.(a)</u> adquiriu animais fêmeas com recursos do Pronaf? Digo em relação a vaca, ovelha, cabra, porca, galinha. Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V36	O (a) <u>sr.(a)</u> formou pasto – <u>capineira</u> com recursos do Pronaf? O pasto – <u>capineira</u> está atendendo as necessidades de seus animais? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V37	O (a) <u>sr.(a)</u> plantou lavoura – roçado com recursos do Pronaf? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V38	O (a) <u>sr.(a)</u> adquiriu ou produziu mais alguma coisa que não foi perguntado até agora com recursos do Pronaf? Qualquer coisa, como ração, suinocultura, fruticultura, avicultura, apicultura, <u>psicultura</u> . Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)

2 – Influência do clima na gestão dos recursos (InCiGeRe)

V39	O (a) <u>sr.(a)</u> plantou lavoura anual com recursos do Pronaf? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso? (efeito do tempo/clima sobre a lavoura)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V40	O (a) <u>sr.(a)</u> formou pasto – <u>capineira</u> com recursos do Pronaf? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso? (efeito do tempo/clima sobre o pasto – <u>capineira</u>)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V41	O(a) <u>sr.(a)</u> comprou – conseguiu animais os com recursos do Pronaf? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso? (efeito do tempo/clima sobre a criação dos animais)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V42	O(a) <u>sr.(a)</u> financiou estrutura com recursos do Pronaf? Digo sobre poço, barreiro, aviário, cocheira, aprisco, cerca ou outros. Qual o seu nível/grau de satisfação com isso? (efeito do tempo/clima sobre a estrutura financiada)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)

3 – Consumo e venda de produto (ConVePr)

V43	O (a) <u>sr.(a)</u> financiou animais? (bovino). O (a) <u>sr.(a)</u> vendeu ou trocou algum (ns) dos animais financiados? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V44	O (a) <u>sr.(a)</u> vendeu ou trocou alguma (s) cria (s) do (s) animal (is) financiado (s)? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V45	O (a) <u>sr.(a)</u> tem consumido leite dos (s) animal (is) financiado(s)? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V46	O(a) <u>sr.(a)</u> tem vendido leite do(s) animal(is) financiado(s)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

	Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	(1) (2) (3) (4) (5)
V47	O (a) <u>sr.(a)</u> tem consumido produtos derivados do leite dos (s) animal (is) financiado (s)? Digo em relação a coalhada, queijo, doce, bolo, manteiga ou outro qualquer. Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V48	O (a) <u>sr.(a)</u> tem vendido produto (s) derivado do leite do (s) animal (is) financiado (s)? Digo em relação a coalhada, queijo, doce, bolo, manteiga ou outro qualquer. Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V49	O (a) <u>sr.(a)</u> tem consumido o (s) produto (s) agrícola (s) financiado (s)? (arroz, feijão, milho, mandioca, inhame, tomate, cebola ou outros). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V50	O (a) <u>sr.(a)</u> tem vendido desse (s) produto (s) agrícola (s) financiado (s)?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V51	O (a) <u>sr.(a)</u> tem vendido ou consumido mais algum (ns) produto (s) agropecuários (s), ainda não citado, mas que foi financiado (s)? O que o (a) <u>sr.(a)</u> vendeu ou consumiu além dos itens perguntados, por meio do financiamento (s)? Digo em relação a ovinos, caprinos, aves, cana ou outro. Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)

4 – Adequação do crédito (AsCr)

V52	O (a) <u>sr.(a)</u> ficou satisfeito em relação ao limite de crédito que podia pegar? No seu caso o limite foi de _____ Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V53	O dinheiro para investimento saiu na época esperada? Houve desvalorização do dinheiro na época de compra dos investimentos? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V54	O (a) <u>sr.(a)</u> tirou crédito para o custeio? O dinheiro para investimento saiu na época esperada? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso? (em relação à lavoura financiada pela liberação do crédito)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V55	O (a) <u>sr.(a)</u> já pagou alguma parcela? Quitou o financiamento? O desconto foi bom no pagamento do crédito? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V56	Em relação ao prazo de pagamento – vencimento do crédito, o (a) <u>sr.(a)</u> ficou satisfeito? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V57	O (a) <u>sr.(a)</u> já precisou renegociar o financiamento? O (a) <u>sr.(a)</u> ficou satisfeito com a renegociação? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V58	Quanto ao produto da implantação, de maneira geral, o <u>sr.(a)</u> ficou satisfeito? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)

RESULTADO DO PRONAF

1 – Qualidade de vida (QuaVi)

V59	Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do (a) <u>sr.(a)</u> e sua família em relação a alimentação? (leite, coalhada, mandioca, inhame, feijão, carne, fruta ou outro qualquer). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V60	Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do (a) <u>sr.(a)</u> e sua família em relação ao acesso à água? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V61	Os investimentos do Pronaf melhoraram a vida do (a) <u>sr.(a)</u> e sua família em relação a moradia? (construção, reforma e reparo da casa). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V62	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> e sua família a comprar roupa, calçado? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V63	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> e sua família a comprar remédio, ou fazer exame médico? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V64	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> e sua família ter acesso a meios de transporte? (compra de passagem, moto, carro, combustível). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V65	Os investimentos do Pronaf possibilitaram ao (a) <u>sr.(a)</u> ajudar financeiramente seus familiares - filhos? (compra de material escolar, brinquedo, dinheiro para lazer). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)

2 – Geração de emprego e renda (GeEmRen)

V66	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> e sua família melhorar a renda em determinada época do ano? (na safra, quando vende o gado, ou outra forma de melhoria de renda). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V67	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> conseguir um dinheirinho – uma renda pequena, de vez em quando? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V68	Os investimentos do Pronaf melhoraram a renda do (a) <u>sr.(a)</u> por estar consumindo sem precisar comprar alguns produtos? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V69	Os investimentos do Pronaf deram – trouxeram para o (a) <u>sr.(a)</u> uma oportunidade de trabalho? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V70	Os investimentos do Pronaf estão gerando mais serviço para o (a) <u>sr.(a)</u> ?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

	Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	(1) (2) (3) (4) (5)
V71	Os investimentos do Pronaf ajudaram sua família trabalhar na propriedade? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V72	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> pagar um trabalhador de fora? (manejo do gado, construção de cerca ou outro serviço). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V73	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> ou sua família, a trabalhar fora da propriedade? (prestar serviço, dar dinheiro para o filho trabalhar fora). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)

3 – Capacidade Produtiva (CaPro)

V74	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> a produzir mais? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V75	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> a trabalhar – produzir com mais apoio? (infra-estrutura, invest., custeio). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V76	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> a trabalhar – produzir com mais qualidade – mais perfeição? Digo em relação aquilo que exige mais cuidado, como a vacinação, remédios e alimentação dos animais, outros cuidados). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)
V77	Os investimentos do Pronaf ajudaram o (a) <u>sr.(a)</u> a conseguir outros meios de trabalho para produzir? (uma ferramenta nova de trabalho, moto). Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
		(1) (2) (3) (4) (5)

4 – Fixação no campo (ExCam)

V78	O (a) sr.(a) acha que o Pronaf é bom para o progresso do (a) sr.(a) no campo? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
V79	O (a) sr.(a) acha que o Pronaf deu resultado para o (a) sr.(a)? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
V80	O (a) sr.(a) acha que o Pronaf é ruim, mais ou menos, bom para o (a) sr.(a) ficar no campo? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
V81	O (a) Sr.(a) tem satisfação em viver no campo? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
V82	O (a) Sr.(a) está satisfeito com os resultados do Pronaf? Qual o seu nível/grau de satisfação com isso?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não			
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

8 ANEXOS



Grupos e Linhas de Crédito PRONAF - Quadro Resumo

Posição: Julho/2017

Grupos / Linhas	Público-Alvo	Finalidade	Limite de Crédito	Juros	Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições
Pronaf Grupo A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Investimento em atividades agropecuárias e não-agropecuárias.	Até R\$ 25.000,00 por agricultor. Esse valor poderá ser elevado para R\$ 26.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica.	0,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Bônus: 43,396% se houver assistência técnica, ou de 40% quando esse serviço não for financiado.
Pronaf Grupo A/C	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Beneficiários(as) do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).	Custeio de atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção.	Até R\$ 7.500,00 por operação, podendo cada agricultor contratar até 3 operações.	1,5% ao ano.	Custeio agrícola: até 2 anos. Custeio pecuário e agroindustrial: até 1 ano.
Pronaf Grupo B	Agricultores(as) familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00. Mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares enquadradas nos Grupos A, AC e B do Pronaf.	Investimento em atividades agropecuárias e não-agropecuárias. Custeio pecuário para aquisição de animais destinados a recria e engorda. Custeio de atividades não agropecuárias.	R\$ 5.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO) R\$ 2.500,00, quando elaborada sem a metodologia Agroamigo.	0,5% ao ano.	Prazo: até 2 anos, incluído até 1 ano de carência. Bônus de adimplência: • 25% aplicado sobre cada parcela paga em dia. • 40% aplicado sobre cada parcela paga em dia, na região do semiárido, quando o financiamento for destinado a determinadas atividades. Obs.: O bônus é devido até o limite de valor contratado de R\$ 15.000,00 (Agroamigo) e R\$7.500,00 (demais casos).
Pronaf Mulher	Mulheres agricultoras, independente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no Grupo V (Renda Variável). Obs.: as mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no Pronaf Grupo B.	Investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural, de interesse da mulher agricultora.	Individual: Até R\$ 330.000,00 (quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura); Até 165.000,00 para os demais empreendimentos e finalidades. Coletivo: até R\$ 800.000,00, respeitados os limites individuais.	2,5% ao ano ou 5,5% ao ano, dependendo da destinação do crédito.	Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga. Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.



Grupos e Linhas	Público-Alvo	Finalidade	Limite de Crédito	Juros	Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições
Pronaf Male Alimentos	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) no Grupo V (Renda Variável)	Investimento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural	Individual: Até R\$ 165.000,00. Coletivo: até R\$ 800.000,00, respeitados os limites individuais. Quando destinado às atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura o limite será de R\$ 330.000,00	2,5% ao ano ou 5,5% ao ano, dependendo da destinação do crédito.	Prazo: até 5 anos para financiamentos de caminhonetes de carga. Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência, para as demais finalidades.
Pronaf Agro-Indústria	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.	Financiamento para a implantação, ampliação, recuperação ou modernização de pequenas e médias agroindústrias.	Pessoa física: R\$ 165.000,00 Empreendimento familiar rural: R\$ 330.000,00 Coop./Assoc.: R\$ 35.000.000,00.	5,5% ao ano	Prazo: até 5 anos, incluída a carência de até 1 ano, para financiamentos de caminhonetes de carga; Até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
Pronaf Jovem	Jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) que atendam as condições previstas no MCR-10-10.	Financiamento da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários no estabelecimento rural de interesse do jovem agricultor.	Até R\$ 16.500,00, em até 3 operações.	2,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.
Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável) e suas cooperativas, associações e empreendimentos familiares rurais.	Financiamento do custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ou de terceiros.	Pessoa física: até R\$ 12.000,00. Empreendimento familiar rural: até R\$ 210.000,00. Cooperativa singular: até R\$ 10 milhões. Cooperativa central: até R\$ 30 milhões.	5,5% ao ano.	Até 12 meses.
Pronaf Semiárido	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento destinado à convivência com o semiárido, priorizando a infraestrutura hídrica.	Até R\$ 20.000,00	2,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.



Grupos e Linhas	Público-Alvo	Finalidade	Limite de Crédito	Juros	Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições
Pronaf Custeio	Agricultores(as) familiares enquadrados(as) nos Grupos B e Grupo V (Renda Variável).	Custeio de atividades agrícolas e pecuárias, inclusive aquisição de animais para recria e engorda.	Integrante do Grupo B do Pronaf: • Até 4.000,00 pela metodologia Agroamigo • Até R\$ 2.500,00 quando fora da metodologia. Integrantes do Grupo V do Pronaf: Até R\$ 250.000,00.	2,5% ao ano	Para as culturas de arroz, feijão, mandioca, trigo, amendoim, alho, tomate, cebola, inhame, cará, batata-doce, batata inglesa, abacaxi, banana, açaí, pupunha, cacau, baru, castanha de caju, laranja, tangerina, olerícolas, erva-mate, cultivos em sistemas de produção de base agroecológica e para o custeio pecuário destinado à apicultura, bovinocultura de leite, piscicultura, ovinos, e caprinos. Para a cultura de milho, em propostas de até R\$ 20 mil.
				5,5% ao ano	Para as demais atividades, cultura de milho em propostas acima de R\$ 20 mil e para aquisição de animais destinados a recria e engorda.
					Prazos: Custeio agrícola: Até 3 anos para as culturas de açafrão e palmeira real (palmito). Até 2 anos para as culturas bianuais. Até 1 ano para as demais culturas. Custeio pecuário: Até 2 anos para aquisição de bovinos destinados a recria e engorda a pasto. Até 30 meses para aquisição de bovinos destinados a recria e engorda a pasto. Até 18 meses para aquisição de bovinos destinados a engorda a pasto. Até 6 meses para aquisição de bovinos destinado a engorda em regime de confinamento. Até 1 ano para as demais atividades.
Pronaf Agroecologia	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos.	Individual: até R\$ 165.000,00 Coletivo: até R\$ 800.000,00.	2,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência.



Grupos e Linhas	Público-Alvo	Finalidade	Limite de Crédito	Juros	Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições
Pronaf Floresta	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental; enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada.	Agricultores do Grupo V (Renda Variável): Até R\$ 35.000,00 quando se destinar a sistemas agroflorestais; Até R\$ 27.500,00 para os demais casos. Agricultores dos Grupos A, A/C e B: Até R\$15.000,00.	2,5% ao ano.	Prazo: até 20 anos, incluída carência limitada de até 12 anos, nos financiamentos com recursos do FNE, destinados exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, e ao público-alvo do Grupo V (Renda Variável). Prazo: até 12 anos, incluída a carência de até 8 anos, nos demais casos.
Pronaf ECO	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento para o financiamento de pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; tecnologias de energia renovável; tecnologias ambientais; projetos de adequação ambiental; adequação ou regularização das unidades familiares de produção à legislação ambiental; implantação de viveiros de mudas de essências florestais e frutíferas fiscalizadas ou certificadas e silvicultura.	Individual: Até R\$88.000,00 - para silvicultura. Até R\$16.500,00 por ha, para a cultura da seringueira. Até R\$ 8.800,00 por ha, para a cultura de dendê. Até R\$ 165.000,00, para as demais finalidades. Coletivo: Até R\$ 800.000,00.	5,5% ao ano quando se tratar de silvicultura. 2,5% para as demais finalidades.	Prazo: até 16 anos, incluídos até 8 anos de carência, dependendo da finalidade do crédito.
Pronaf Microcrédito Produtivo Grupo A	Agricultores(as) assentados(as) pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com renda bruta anual de até R\$ 20.000,00 e que não tenha contraído financiamento do Pronaf Grupo A.	Investimento para atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuário.	Até R\$ 4.000,00, por ano agrícola. Cada assentado poderá fazer até 3 operações.	0,5% ao ano.	Prazo: até 2 anos. Bônus de adimplência: 50% sobre cada prestação de dívida paga até a data do seu respectivo vencimento. O somatório dos financiamentos concedidos com direito a bônus de adimplência não excederá R\$ 12.000,00.



Grupos e Linhas	Público-Alvo	Finalidade	Limite de Crédito	Juros	Prazo, Carência, Bônus de Adimplência e Outras Condições
Pronaf Produtivo Orientado	Agricultores familiares enquadrados nos grupos A, A/C, B e Grupo V (Renda Variável).	Investimento em inovação tecnológica; implantação de infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição de água e agricultura irrigada; sistemas de produção de base agroecológica ou orgânicos; recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, dentre outras finalidades.	Limites individual: Mínimo de R\$18.000,00 e máximo de R\$40.000,00 por operação, por ano agrícola.	4,5% ao ano.	Prazo: até 10 anos, incluídos até 3 anos de carência. Bônus de Adimplimento: cada parcela da dívida poderá ter bônus fixo de R\$3.300,00, concedido proporcionalmente a cada parcela da dívida paga até o dia do vencimento.

NOTA: Quanto às garantias necessárias, consulte o Banco, pois há casos em que é exigida apenas a garantia pessoal do(a) produtor(a).